

ANALFABETOS: POR QUE É TÃO DIFÍCIL NÃO TÊ-LOS?

Solange Maria Longhi

UPF; UNICRUZ/Brasil

solmalon2008@hotmail.com

Selina Maria Dal Moro

UPF/Brasil

dalmoro@upf.br

Resumo: O texto contempla um olhar retrospectivo e propositivo acerca da problemática do analfabetismo a partir de depoimentos de homens e de mulheres, freqüentadores da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Rio Grande do Sul – Brasil, que expressaram seus sentimentos acerca da falta de alfabetização sistemática em suas vidas. Problemática tão antiga e angustiante, por que é tão difícil superá-la? A referência em Boaventura de S. Santos e Paulo Freire permite estabelecer diversos vínculos. De sua análise é possível emergirem saídas.

Palavras-chave: analfabetismo; reconhecimento das diferenças culturais e étnicas; superação do analfabetismo.

INTRODUÇÃO

A produção de novos conhecimentos via pesquisa é, senão a principal função da universidade, o eixo articulador das ações próprias dessa instituição. Nesse sentido, é a pesquisa que pode garantir ao docente pesquisador e à própria instituição a autonomia para o exercício de suas funções. Evidentemente, a autonomia científica e pedagógica da universidade tem sentido quando é legítima. E esta legitimidade é tanto mais reconhecida quanto mais ela for capaz de dar respostas válidas às questões postas pela realidade vivida e de subsidiar a escolha dos caminhos mais seguros para a superação das contradições dessa realidade. Em outras palavras, a pesquisa é tanto mais legítima quanto mais a definição do objeto de investigação e os objetivos que conduzem o processo investigatório responderem a necessidades socialmente postas. Bem como, a legitimidade da pesquisa se assenta nas finalidades a que se destina, ou seja, para que e para quem ela poderá ter sentido.

Este texto é o resultado de um olhar retrospectivo das pesquisadoras sobre dados estatísticos organizados em torno da problemática do analfabetismo na área geográfica situada no centro-norte do estado do Rio Grande do Sul – Brasil, nos últimos vinte anos, bem como sobre produções já divulgadas em livros, em painéis e comunicações apresentadas em eventos científicos, em encontros da área. Dessa forma, embora não

haja uma metodologia a ser detalhada, o presente texto é fruto de um amplo processo de pesquisa desenvolvido durante nossa atuação como docentes na Universidade de Passo Fundo - UPF. Considera impressões que foram se formando durante as “andanças” para discussão e divulgação dos resultados que iam sendo encontrados na pesquisa junto a escolas, coordenadorias regionais de educação, secretarias municipais de educação, prefeituras, associações de professores, clubes de serviço, em municípios dessa região. Mas, o presente texto se constrói principalmente, a partir das impressões sobre depoimentos de homens e de mulheres, frequentadores da Educação de Jovens e Adultos – EJA, na região do estudo, que expressaram seus sentimentos acerca da falta de alfabetização sistemática em suas vidas.

Tendo por referência o pensamento sociológico de Boaventura de Sousa Santos, a pesquisa permitiu que, num esforço crítico, fossem identificados elementos do que poderíamos denominar de “ausências” produzidas que se tornaram “fortes presenças”, nesses tempos de globalização tecnológica acentuada, no decorrer das vidas dos que tiveram muitas experiências sem terem logrado êxito nos processos de aprendizagem dos códigos escritos. A fim de não permitir, mais uma vez que se “desperdice” a “experiência”, o principal intento deste texto é uma releitura propositiva da pesquisa desejando fazer com que a “emergência” de encaminhamentos extraídos dessa experiência refletida contribua para políticas públicas de educação em diferentes instâncias, com destaque para as políticas de formação de professores para atuar junto à população adulta.

A idéia de “desperdício da experiência”, no âmbito da Sociologia das Ausências, numa tentativa de interpretação do referido autor (2005-2006), é fruto do desprezo, da desconsideração pelos “não-saberes” dos que não seguem a lógica capitalista, daqueles que, de certa forma, permaneceram à margem da cultura vigente, ou, pela “integração subordinada ou pela exclusão” da sociedade globalizada, tecnologizada. No presente caso - o analfabetismo desqualifica o seu portador para uma forma de vida cidadã; valendo-se dessa linha de pensamento, é corrente considerá-lo ignorante, inferior, e ele mesmo se assume assim; a forma social de analfabeto é uma “ausência produzida” que o faz desperdiçar sua própria experiência.

Numa retrospectiva do colonialismo no Brasil, pode-se constatar que a história, como sempre foi, continua sendo injusta e parca na distribuição de bens para muitos cidadãos brasileiros. O tempo atual é de mudanças profundas, não apenas no modo de ser da sociedade, provocadas pelos processos de globalizações mediados pela tecnologia

informática e pelas mudanças no mundo do trabalho, mas, principalmente e de forma muito preocupante, pela proliferação de desigualdades, violências e discriminações que impedem a realização plena da humanidade. Vive-se em um tempo em que a fragilidade dos cidadãos na garantia de princípios verdadeiramente democráticos e éticos, está muito visível. Concorrem para isso se tornar ainda mais preocupante as mudanças ambientais decorrentes da injusta e desequilibrada apropriação dos recursos naturais pelo seu uso excessivo e mal conduzido, principalmente pelos que mais têm e detém o conhecimento e, que, lhes garante seu domínio e exploração.ⁱ

Ao longo do estudo constatou-se a persistência da problemática do analfabetismo onde, devido às condições econômico-sociais e culturais e forte presença do estado na educação, ela não deveria mais se encontrar. Uma presença silenciosa, pouco perceptível até aos gestores da educação, a não ser que sobre ela estes se debrucem com afincamento e sensibilidade. Por isso, a questão “por que, no Brasil, é tão difícil de superar o analfabetismo?”, se impõe a todos brasileiros, e não apenas a este país. Nas divulgações da Unescoⁱⁱ evidencia-se que o problema já aflorou no interior e para além das fronteiras dos países em desenvolvimento. A presença do analfabetismo se constata em um quinto da população adulta espalhada por todo mundo. Motivo pelo qual o título deste texto, embora se fundamente num estudo no Brasil, possa ser apresentado genericamente.

- **Retrospectiva dos estudos**

Há duas décadas o grupo de pesquisadores que se dispôs ao estudo do analfabetismo na região centro-norte do Rio Grande do Sul, área de abrangência da Universidade de Passo Fundo e que, posteriormente veio a denominar-se Equipe Alfa.analfa, do Grupo de Estudos sobre Universidade - GEU/UPF, tinha a percepção de que esse fenômeno precisava ser analisado e compreendido não só por ser um fenômeno que se expande em toda a sociedade brasileira, mas porque, se fazia, silenciosamente (e ainda se faz), presente em números e índices críticos, nessa região do estado do RS, considerada como um *lócus* de educação de qualidade e onde se inserem diversas instituições de educação superior - IES, em especial, universidades comunitárias (públicas não-estatais), e unidades de Universidades públicas estataisⁱⁱⁱ, muitas das quais sempre tiveram presente no seu projeto institucional a formação de professores para a Educação Básica.

Este grupo tinha clareza que, no contexto de uma sociedade em fase de profundas transformações sócio-econômicas e sociais, a análise e compreensão desse fenômeno poderia alertar os responsáveis pela condução da sociedade, especialmente gestores educacionais, para a definição de políticas públicas de educação capazes de garantir a inserção cidadã de muitos “excluídos” da ordem social, isto é, da cultura sistematizada para cujo ingresso é necessário o domínio do código escrito. Em outros termos, ser alfabetizado torna-se condição imperiosa para a constituição da cidadania.

Já foi explicitado em outros textos^{iv} que os estudos sobre a questão do analfabetismo, iniciados no primeiro ano da década de 1990 e que se prolongaram ao longo de quase duas décadas (1990-2000), de forma seqüencial e intermitente, tomaram como base o conceito adotado pelo IBGE acerca do analfabeto^v e valeram-se sempre dos dados dos Censos (1980, 1991, 2000), sobre a mesma região político-geográfica, onde em 1857, quando da emancipação político-administrativa, foi instalado o município de Passo Fundo, hoje desmembrada em 121 novas unidades municipais.

Na segunda metade da década de 2000 o estudo prosseguiu no intento de ir monitorando índices e informações sobre 21 desses municípios (representativos dos demais), bem como através de um recorte qualitativo que se valeu de entrevistas à população adulta jovem, freqüentadora de EJA.

Ao grupo inicial de pesquisadores foram, paulatinamente, se agregando novos pesquisadores. A participação de mestrandos e bolsistas de iniciação científica levou à formação de uma Equipe ampliada que passou a olhar a questão numa perspectiva multidisciplinar. Com a constituição do Grupo GEU, a partir de 2000, a pesquisa sobre o analfabetismo inseriu-se na Linha de Pesquisa de Políticas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faed/ UPF.

- **Analfabetismo: uma realidade silenciosa e de grande desafio**

Concomitante ao momento em que a reflexão que origina o presente texto estava em fase de elaboração, tendo por base os resultados da sistematização dos estudos realizados conforme indicado pelo projeto: *Monitorando a realidade silenciosa do analfabetismo* (Equipe Alfa.analfa), eram postos a público, no Brasil, os dados coletados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio –Pnad/IBGE 2008. Ao contrário do que poderia estar sendo alimentado no imaginário social, a Pnad evidenciou que, no Brasil, malgrado seu vigoroso crescimento econômico, representado, especialmente, pela valorização do real frente à moeda americana, pelo

vigoroso aumento das exportações e pela queda do índice de desemprego formal e, além disso, pelo seu importante papel político no plano internacional, simbolizado, de modo particular, pela outorga do título de “Estadista Global” pelo Fórum Econômico Mundial (2010) ao atual Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, persistem problemas sociais que obstruem os caminhos que levam à construção da cidadania plena de milhares de brasileiros.

Dentre a complexidade dos problemas continuam como questões alarmantes a persistência e a reprodução dos índices de analfabetismo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgou que a luta contra o analfabetismo, no país, em 2007 tinha obtido resultados pouco animadores: redução da taxa de 10.1% para 10%, indicando que ainda vivem no país 14.2 milhões de pessoas sem saber ler e escrever.

É possível que haja quem defenda a idéia de que estes índices referem-se às pessoas idosas, às de mais de 60 anos e quem sabe, vivendo nas longínquas regiões amazônicas e já conformadas com sua desigualdade social, cultural e econômica e, com sua permanente exclusão dos benefícios trazidos pelo crescimento econômico. Esta hipótese, certamente, não se confirma, dado que a pesquisa realizada pela Equipe Alfa.analfa mostrou que nessa região do RS, cenário de abundante riqueza e bem-estar social e de presença do estado, via políticas educacionais, o analfabetismo, persiste e se reproduz quantitativamente, de modo heterogêneo entre essas regiões e no interior delas. Além disso, os dados evidenciaram que sobre o total de analfabetos domiciliados nessa região, os maiores índices se concentram entre os grupos etários de 25 a 59 anos. Em algumas microrregiões os índices de analfabetismo nesses grupos de idade giram em torno de 46% sobre o total de analfabetos.

Diante dessa realidade, a questão que se põe relaciona-se, pois, às razões da persistência e reprodução dessa crítica situação social que continua presente como uma realidade silenciosa, quase imperceptível também para o conjunto da nação.

- **Destacando possíveis vínculos**

O olhar retrospectivo permite que se destaquem alguns vínculos da origem dessa situação problemática que se cristalizou na sociedade brasileira.

A mais óbvia das vinculações é com a problemática do modelo social contemporâneo no mundo ocidental, ou seja, com o modo capitalista de viver que se tornou enfaticamente hegemônico a partir da segunda grande guerra mundial pela globalização expandida e imposta aos continentes. O desenvolvimento na sociedade

contemporânea se encontra calcado na aplicação dos resultados da ciência e da tecnologia à esfera produtiva o que, por si só, não é negativo. Porém, tal aplicação, na maioria das vezes, evidencia falhas nos procedimentos de avaliação de suas conseqüências e repercussões a médio e longo prazo. Por que se afirma e se vincula isso ao problema do analfabetismo? Será ele um problema apenas recente? Certamente não.

Com a globalização hegemônica ocorre aceleração crescente nas relações comerciais, porém, aqueles que não dominam os códigos da sociedade letrada (nem na sua própria língua, muito menos numa língua estrangeira), não conseguem nem se fazer entender, nem acompanhar as regras hegemônicas veiculadas, principalmente, por meios informatizados. Dificilmente, analfabetos dos códigos (inclusive dos tecnológicos) conseguem se enquadrar em atividades produtivas inseridas no modelo globalizado. Aqueles vão ficando à margem do processo de desenvolvimento, acentuando-se a desigualdade social que não é apenas econômica, mas sobretudo, cultural.

A rapidez do avanço tecnológico faz com que se percam na corrida aqueles que foram mais lentos – deixando-os ficar à margem. Os motivos dessa lentidão podem ser variados mas, principalmente, devem-se aos muitos que tiveram e têm o compromisso de trabalhar, desde cedo, como prioridade de sobrevivência, postergando assim o acesso à “porta” dos códigos letrados, o que é diferente do que preterir a escola pelo trabalho. As entrevistas realizadas explicitam histórias individuais que se repetem: os mais velhos deixando para os mais jovens essas “coisas de escrita”, de sinais, de simbologia, de língua estrangeira... que, mais recentemente, se tornam inerentes aos domínios da tecnologia; as mulheres, principalmente se não as primogênitais mas a primeira das filhas mulheres - a mais velha, deixando a escola para atender os doentes, a casa, a comida, os irmãos menores... .

Examinando-se o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação (criado pelo MEC /Inep na última década), pode-se dizer que não está garantido que a próxima geração de adultos (as atuais crianças e adolescentes que freqüentam a escola regular), seja alfabetizada na perspectiva freireana de a educação ser instrumento de libertação permanente e crescente - ou seja, na perspectiva de um progressivo letramento como tem sido entendido este processo por estudiosos da área (Magda Soares, Vera Masagão Ribeiro, Leôncio Soares). O Ideb é coletado, desde 2005, a cada dois anos e divulgado em relação ao Brasil como um todo, a cada um dos estados da federação, a cada um dos

municípios e a cada uma das escolas das redes privada e pública (federal, estadual e municipal). Ele resulta de uma combinação de informações sobre o fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão), os dados do Censo Escolar da Educação Básica e os resultados da Prova Brasil que versa sobre conhecimentos em língua portuguesa e matemática aplicada pelo Inep aos alunos de 4ª (Anos Iniciais - AI), e 8ª (Anos Finais-AF), séries do ensino fundamental.

Dessa forma o Ideb é um dos índices de maior importância de ser examinado ao se fazer uma avaliação dos resultados que a educação sistemática vêm obtendo. Em uma escala de 0-10 pontos, o Brasil em 2005 nos AI obteve 3,8; em 2007 este índice foi para 4,2; nos AF o Ideb, em 2005, era de 3,5 e em 2007, avançou para 3,8. Dentre os 21 municípios da região do estudo, tanto em 2005 quanto em 2007 o melhor índice nos AI (5,1 e 5,8, respectivamente), ocorreu no município de Casca, uma comunidade que se desenvolveu, predominantemente, com descendentes de imigrantes europeus (italianos). Nos AF o melhor índice ocorreu em 2005 no município de Tapejara (4,8) e, em 2007 encontram-se empatados o município de Ibirubá e de Sarandi, ambos com 4,6 pontos. Entretanto, analisados os dados no conjunto da região evidenciam-se índices baixos nos AI tanto em 2005 - chegando a 3,4 pontos, quanto em 2007, melhorando um pouco para 3,6. Nos AF o problema é maior: em 2005 os índices mais baixos chegam a 3,2 pontos; em 2007 a melhora é mínima - 3,3 pontos.

Tais índices significam que persistem problemas de defasagem idade-série e problemas de aproveitamento efetivo dos alunos nos processos de aprendizagem escolar o que reafirma a posição de preocupação em relação a uma efetiva alfabetização das novas gerações.

O modo como ocorreu a inclusão do Brasil, no início do século XV, sob o patrocínio da Igreja e do Estado português, no processo de organização social definido pelo modelo capitalista, constituiu-se em decisivo fator de exclusão de amplos setores sociais do saber sistematizado, condição que persiste ainda hoje nos herdeiros dos que, então foram excluídos ou incluídos de modo marginal. Para garantir a implantação e crescimento de seu núcleo essencial, a acumulação capitalista, esse sistema com perfil mercantilista, invadiu espaços geográficos e subjugou povos indígenas livres, os quais, até então, no gozo de sua liberdade, preservavam-se individual e socialmente com base em conhecimentos construídos a partir de sua quase “simbiótica” relação com a natureza.

Capturados, os primeiros habitantes desta terra, denominados de índios pelos colonizadores, passaram a ser considerados como povo bárbaro e ignoto, objeto de investigação quanto a sua possibilidade de pertencer à humanidade. A diferença transformou-se em desigualdade a qual, na visão dos colonizadores, deveria ser superada pela cristianização e qualificação dessa potencial mão-de-obra (barata, quando-não-escrava), via processo de educação.

Nessa perspectiva, o projeto educativo devia voltar-se logo para a alfabetização, uma vez que no pensamento então corrente não havia outra forma de educar os indígenas senão alfabetizando-os. “A passagem das culturas não-escritas para as culturas escritas, no entanto, impôs-se pela dominação” (RAVANELLO e SCHÄFER, 2007, p. 2). A insubmissão, como defesa de si, de sua cultura e de sua liberdade constituiu-se, então, forte argumento de exclusão desses grupos humanos dos espaços ocupados para desenvolvimento do projeto capitalista, em implantação (MARTINS, 2009; MELIÁ, 1979; VAINFAS, 1995). Em confrontos e ataques, alastrou-se a reclusão e a morte, propiciando a perda de sentido do projeto educativo indígena e a ausência do registro em muitas páginas, no primeiro capítulo da história brasileira, de informações referentes aos saberes e experiências dos primeiros habitantes do Brasil. No rastro da escravidão indígena, junto ao sangue derramado, consolidou-se o analfabetismo e uma vasta gama de ausências culturais persistiram por longos anos e mesmo, posteriormente, apesar de políticas públicas específicas.

O Censo 2000 indicou que a população indígena brasileira alcançava, nessa data, 734.127 habitantes. Destes, 73,9% eram analfabetos. Na região deste estudo, o município de Charrua, onde se situa a Terra Indígena do Ligeiro, compareceu neste censo com 2.925 habitantes. Certamente, muitos dos 1.339 indígenas da família Kaingang, habitantes desta Reserva, representando 45,77% da população total, contribuíram para que os índices de analfabetismo se aproximassem dos 14%.

Os milhões de índios que sucumbiram sob o tacão da aristocracia rural, rapidamente, foram substituídos pela força de trabalho negra. No rastro dessa nova escravidão inscreveram-se igualmente, sofrimentos, ausência de liberdade, trabalho forçado, morte. Tudo isso, num quadro de não-reconhecimento da identidade e da cultura historicamente produzidas pela nação negra. Aos negros e negras, transformados em mercadoria apenas cabia um saber, o de submeter-se à vontade de seus proprietários para que, com seu trabalho, as terras, até então incultas, se transformassem em mananciais de riqueza para acumulação capitalista.

Uma complexidade de ausências foram, então, se somando no ser negro. A negação do direito de preservar sua cultura foi associada à negação de poder inserir-se na cultura então vigente, mediante a negação do direito de participar, em igualdade de condições com os donos das terras, das instituições sociais presentes, incluindo a negação do direito à escola a seus descendentes.

A abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, revelou outro lado perverso do sistema capitalista. Ao serem declarados juridicamente livres, os negros libertos, novamente, encontraram obstruídos os caminhos de sua cidadania, na medida em que a terra, pela Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, transformada em propriedade, já não podia, lhes oferecer um espaço livre para construir-se como cidadãos. Expulsos das terras onde serviram por longo tempo, muitos se domiciliaram em pequenos espaços públicos à beira das cidades, onde a ausência do estado, limitou sobremodo a instalação dos equipamentos urbanos básicos: saúde, educação, redes sanitárias. Outros, vagando por campos e matos buscaram trabalho junto aos donos das terras, na condição de assalariados, agregados ou meeiros. Desde o momento em que a agricultura extensiva movida pela tecnologia moderna invadiu os campos, esses, obrigados a deixar as áreas que ocupavam, juntaram-se aos já urbanizados, “inchando” as periferias onde a miséria faz crescer a violência temida pela sociedade como um todo.

Os reflexos da exclusão construída social e politicamente que ainda permeia a sociedade brasileira, evidenciando-se, especialmente pelos índices de analfabetismo presente entre os segmentos sociais colocados mais abaixo na escala social, atinge, sobremodo, os afro-descendentes. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2007, divulgada pelo IBGE, em 2006, entre os 17.552.762 milhões de analfabetos brasileiros, 10 milhões eram negros ou pardos, o que representa 56,97% do total dos analfabetos.

Em atenção ao clamor da negritude indigente e analfabeta, fração de uma sociedade onde se hierarquiza a desigualdade, foram propostas políticas voltadas para garantir os direitos desse segmento humano. Seja pela limitação das condições materiais indispensáveis tanto para organizar uma estrutura educacional mínima, bem como, para prover a manutenção dos educandos na escola, acrescidas, sobretudo, por frágeis condições pedagógicas, precariedade de material didático, falta de investimento na formação de professores para a alfabetização de adultos ou, talvez pela ambigüidade das propostas. Essas, no entanto, não foram suficientemente abrangentes para universalizar

a alfabetização. Vale lembrar o alcance restrito do Movimento Brasileiro de Alfabetização-Mobral (década de 1970), e as dificuldades que passa o programa Brasil Alfabetizado (2003-2010), propostas do governo federal para superação do analfabetismo em nível nacional.

Hoje, num outro nível de ensino, as políticas das cotas raciais para ingresso na universidade, caso não forem bem dirigidas, poderão não cumprir com os objetivos a que vieram. Ou ainda, essa proposta feita em nome da desigualdade e da injustiça social que atingem, especialmente, as pessoas afro-descendentes, poderá ter seus objetivos distorcidos, caso o ingresso de um pequeno número desses na universidade, não se completar com uma sólida formação científica e com uma clara consciência crítica que lhes possibilite ler e interpretar a história na perspectiva da universalização da justiça e da igualdade. Não se trata, como diz Martins (2009), de condenar as cotas nem a luta por elas. Mas de nos interrogarmos sobre as especificidades das diferentes expressões da desigualdade social que grassa na sociedade brasileira como um todo e que exige que o clamor dos excluídos se transforme em voz científica, sobretudo voz das vítimas da exclusão do saber escolar, daqueles que permanecem silenciosos face a um mundo onde as mediações sociais e econômicas, estão sendo realizadas por intermédio de códigos que lhes foram negados.

Os princípios contemplados no art. 2º, parágrafo 1º da Lei 10.639 de 23 de janeiro de 2003 garantem a necessidade do

reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

Foram tais princípios que regeram a elaboração e homologação da lei citada estabelecendo que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre “História e Cultura Afro-Brasileira” e exigem a superação da histórica postura de aceitação diante do preconceito que atinge os afro-descendentes brasileiros, desde o Brasil Colônia até hoje. Apesar da atual mudança de postura de parte significativa da população e de ações governamentais diferenciadas que se expandem em todo território nacional, tais medidas estão em lento processo de efetivação.

Diante da complexidade do que se afirma ainda colocam-se desafios para aqueles que, inconformados com a permanência e reprodução do analfabetismo, forte vetor de desigualdade, se propõem investir na superação dele. Em primeiro lugar, há que se considerar que o analfabetismo não é uma categoria abstrata. Como termo lingüístico, a palavra analfabetismo insere-se em todos os dicionários e integra a linguagem cotidiana. Expressa-se em números, os quais não sofrem, não reivindicam e se deixam manusear. O real problema é a presença de analfabetos na sociedade contemporânea, em que a complexidade das relações sociais e a tecnologia exigem o domínio da letra e da escrita.

Uma leitura crítica da organização e funcionamento escolar evidencia o envolvimento histórico da escola, do currículo e da ação pedagógica como instrumentos de materialização de ideologias que reforçam a desconsideração das diferenças culturais de grupos humanos com trajetória própria de vida. Ao priorizar, no processo de formação acadêmica, os conhecimentos específicos das disciplinas que integram o currículo, as licenciaturas, incluindo o curso de Pedagogia, deixaram em segundo plano, os fundamentos humanísticos, as didáticas e as metodologias, favorecendo com isso, que os formandos, na posterior e atual função de educadores, não consigam se aproximar num diálogo compreensivo da heterogeneidade social e cultural presentes na sala de aula. Não só por isso, mas também por isso, a escola e currículo passam a contribuir para o fracasso na aprendizagem. Em muitas situações, as vítimas, ou se culpabilizam, atribuindo o fracasso a sua “falta de interesse” no período da infância ou a sua “natural e herdada” deficiência mental e acabam abandonando a escola, com isso, reforçando a matriz produtora de novos analfabetos.

Uma análise mais aprofundada permite perceber que a inoperância atual do sistema escolar, como veículo qualificado do saber sistematizado, continua se assentando na natureza da formação pedagógica. A inclusão das terminalidades no curso de pedagogia, embora vise a uma formação abrangente acerca das diversas fases do desenvolvimento humano e escolar, acaba contribuindo para o *aligeiramento* da formação teórico-científica, e não consegue impedir a infantilização da ação pedagógica junto aos Jovens e Adultos. Conforme Giroux (2003) tanto a construção do conhecimento curricular quanto a pedagogia podem fornecer um espaço narrativo para a compreensão e a análise crítica de múltiplas histórias, experiências e culturas, orientando o ensino numa abordagem que possibilite, conforme ensinou Paulo Freire (2006), o reconhecimento e a assunção da identidade cultural.

EXPLICITANDO ALGUMAS CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Torna-se difícil olhar argutamente, a realidade que aí está quando as informações não são construídas de tal modo que evidenciem a realidade em suas contradições ou a apresentem de modo distorcido ou parcial, especialmente quando esta se encontra velada por índices gerais e que, progressivamente, se apresentam melhores em termos globais, como é o caso do analfabetismo no Brasil, estudado sistematicamente nas últimas décadas por Alceu R. Ferraro.^{vi}

Assim, torna-se evidente a importância de instituições, como as universidades cujo compromisso com a pesquisa lhes é inerente, constituir como prioridade a pesquisa apoiando e dando condições para a realização de estudos sobre questões respaldadas por sua pertinência social. É isso que pode dar legitimidade à ciência.

A retrospectiva crítico-reflexiva com intencionalidade prospectiva ora desenvolvida permite afirmar que a configuração da problemática do analfabetismo junto a uma população “adulta ainda jovem” (entre 25 e 59 anos), foi timidamente enfatizada pela pesquisa da Equipe Alfa.analfa, ainda em 2005. O problema do analfabetismo continuou sua trajetória silenciosa, muito embora alguns municípios da região estudada tenham se valido dessa informação, estabelecido políticas e garantido ações educativas nesse sentido. Cabe um destaque ao município de Passo Fundo, através da ação decisiva da Secretaria Municipal de Educação na organização e manutenção de núcleos de EJA em escolas municipais, durante a gestão 2004-2008. Embora essa política tenha sofrido modificações de lá para cá, o próximo censo, a ser realizado neste ano (2010), poderá evidenciar os resultados dessas atitudes.

O reconhecimento de que estão ocorrendo problemas na educação, não apenas nessa região localizada, pois de fato, o problema se confirma como existente de modo geral no país desencadeia o desejo de transformação. Cabe explicitar que o princípio perseguido pela Equipe da pesquisa sempre foi o de que a ciência assume caráter de legitimidade quando permite ou provoca condições para respostas socialmente responsáveis, quando permite a mobilização de cidadãos nas tarefas que se impõem. E a educação é tarefa, necessariamente, coletiva.

A Educação, direito subjetivo, inalienável do cidadão, em seu caráter sistemático, tem na alfabetização o processo de abertura à aventura de aprender que

precisa descortinar-se a qualquer tempo da vida, especialmente, quando houve impedimentos das mais variadas ordens para esta ter ocorrido no momento adequado, ou seja, na idade apropriada. Entretanto enfatizamos que o momento adequado para o analfabeto inserir-se nesse processo será sempre - *aqui e agora*.

Ao considerar a diversidade cultural como elemento presente numa sociedade mestiça, com sujeitos em idades e gênero diferenciados, a sala de aula, quer seja a que alfabetiza ou aquela que prepara o professor para alfabetizar e o currículo, seja da escola de educação fundamental ou o da formação pedagógica do futuro docente, precisam se tornar veículos de saberes que contribuam para reconhecimento da diferença como atributo e não como estigma favorecendo a universalização da igualdade. Nesse sentido, a universidade e a escola são fundamentais para se questionar como a dinâmica do poder etnocêntrico e a monocultura da exclusão no qual este se legitima afeta, ainda hoje, a formação do homem “genérico”.

Para identificar as ausências, e com elas aprender; para poder visualizar emergências e projetar “ações coordenadas” na superação do problema do analfabetismo será preciso um esforço continuado de atenção e de ação. Será preciso conhecimento e reconhecimento do problema e dos seus desdobramentos. Para a transformação do atual quadro configurado será indispensável a explicitação de intenções através de políticas de Educação de Jovens e Adultos e a própria decisão de investir muito na formação de professores, na criação e disponibilização de materiais didático-pedagógicos e na criação e uso de tecnologias apropriadas à população jovem e adulta.

NOTAS

ⁱ Isso vem sendo denunciado por diversos pensadores críticos contemporâneos além de Boaventura de Sousa Santos, como Jürgen Habermas, David Harvey, Anthony Giddens.

ⁱⁱ Ver, especialmente, o Relatório de Monitoramento Global Educação Para Todos - Relatório Conciso 2006 - “Alfabetização para a vida”, elaborado sob a direção de Nicholas Burnett., disponível no site <http://www.unesco.org.br>.

ⁱⁱⁱ As universidades comunitárias embora sejam enquadradas como instituições privadas sem fins lucrativos, caracterizam-se como instituições públicas porém não-estatais. Dentre estas, atuam nessa região do estado as seguintes IES: Universidade de Passo Fundo - UPF, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – URI, Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Universidade de Caxias do Sul - UCS Centro Universitário de Lajeado - Univates, Universidade de Santa Cruz – Unisc.

^{iv} Ver outros textos publicados com base na pesquisa: DAL MORO, S.M., LONGHI, S.M. Alfabetização: para muitos, um direito ainda adiado. In: CARBONARI, P.C., KUJAWA, H. A.(Orgs.) *Direitos Humanos desde Passo Fundo*. Passo Fundo: Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo, 2004. LONGHI, S. M.; DAL MORO, S.M. A realidade silenciosa do analfabetismo e o papel social da

universidade. In: 28ª Reunião da ANPED, 2005. LONGHI, S. M., DAL MORO, S. M. Analfabetismo: um retrato da questão em âmbito nacional e regional. In: SANTOS, M.L. L. dos e DAMIANI, F. E. *Onde estão eles? Desvelando o analfabetismo no Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. DAL MORO, S.M. LONGHI, S.M. SANTOS, M. L. L. Onde estão os outros? Inclusão e silêncio na escola étnica -italiana In: FÁVERO, A.A., DALBOSCO, C.A., MARCON, T. (Org.) *Sobre Filosofia e Educação: racionalidade e tolerância*. Passo Fundo: UPF Editora, 2006.

^v Este conceito segue o definido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no censo de 1980. Em síntese, entende-se por analfabeta a pessoa que não é capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela pessoa que embora tenha aprendido a ler e escrever e o tenha esquecido, apenas assinando seu nome, também é considerada analfabeta. (Ver estudo mencionado de Dal Moro e Longhi, organizado por Santos e Damian, 2005).

^{vi} Nas últimas décadas Alceu R. Ferraro – pesquisador da Ufrgs (nas produções iniciais seu sobrenome ainda está escrito com i, mas, de qualquer forma refere-se sempre ao mesmo autor) vem estudando o problema do analfabetismo no Rio Grande do Sul e no Brasil, tornando-se referência nessa temática.

REFERÊNCIAS

FERRARO, Alceu Ravanello e SCHÄFER, Abraão Nilo Givago. *Escolarização e analfabetismo indígena no Brasil*. In: XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração em Educação da Região Sul, 2007. Porto Alegre, 2007 v.CD ROM

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996, 29ª edição.

GIROUX, Henry. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional-novas políticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MARTINS, José de Souza. A diferença contra a desigualdade: as identidades sociais dinâmicas. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, WEBER, Silke e DWYER, Tom (orgs). *Desigualdade, diferença e reconhecimento*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2009. (Série Sociologia das Conflitualidades, 4), p. 49-65.

MELIÁ, Bartolomeu. *Educação Indígena e Alfabetização*. São Paulo, Loyola, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In.: _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. P. 93 a 135.

_____. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M.L. L. dos, DAMIANI, F. E. *Onde eles estão?: desvelando o analfabetismo no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.